

# **21ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades**

**Dia 17/11/11 – das 10:00h. às 17:00h. Ministério das Cidades.**

## **PARTICIPANTES:**

**Coordenação:** Marta Morosini.

**Poder Público Federal:** Paula Ravanelli/SRI.

**Poder Público Estadual:** Abel Ferreira /FNSH DU e Nelma Lisboa/ Gov. Sergipe.

**Poder Público Municipal:** Carlos Comasseto/FRENAVRU.

**Entidades do Movimento Popular:** Bartíria Lima/CONAM, Donizete Fernandes, Maria Clara Pereira/MNLM, Miguel Lobato/MNLM e Usânia Gomes/ CMP

**Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:** Antonio Carlos Gerardi/ABES.

**Empresários:** Henriqueta Arantes/CBIC e Herivelto Bastos/ANAMACO.

**Organizações não Governamentais:** Maria Cristina dos Anjos/Cáritas e Mércia Alves/CENDHEC.

**Observadora:** Evaniza Rodrigues/CEF

## **Ministério das Cidades:**

**Assessores Técnicos:** SNSA – Alexandre Godeiro e Gabriela Giacomazzo; SNH - Edson Leite Ribeiro e Rodrigo Fávero; SNPU – Letícia Miguel.

**Secocond:** Eduardo Amaral, Leonardo Palmeira, Luiz Carlos Barreto Pimenta, Rose Cristine e Tereza Góes.

## **Pauta:**

- 1 - Andamento das Resoluções;**
- 2 - Calendário da 5ª Conferência;**
- 3 - Programação da 31ª Reunião do Conselho;**
- 4 - Nova Organização dos GT's.**

## **1- Programação da 31ª Reunião do Conselho**

O primeiro ponto discutido foi que o assunto mais candente do momento, a campanha de criminalização das ONGs, orquestrada pela mídia e de certa forma ratificada pelo Decreto Presidencial que suspendeu recursos para Ongs e entidades parceiras do Governo durante 30 dias, deveria ser repercutido como Tema de Conjuntura na 31ª Reunião do Concidades.

Vários conselheiros consideraram que era importante refletir sobre a situação que estava criada contra uma maioria de entidades honestas, sob o pretexto de malfeitos praticados por uma ínfima minoria. O que está por trás da onda de denunciamento é a disputa de projeto político, em que os setores conservadores investem contra a gestão democrática, para impedir que o governo alcance metas relevantes para a população. Um exemplo é o Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem um potencial muito forte para elevar o patamar da moradia popular. Por causa disso, avaliou-se que o Ministério das Cidades das Cidades ainda vai sofrer muitos ataques, e a resposta para isto é evidenciar o trabalho do terceiro setor.

A conselheira Henriqueta Arantes afirmou que embora o tema fosse importante, não entendia por que trazer para o Conselho esta discussão, já que o assunto é da esfera da Casa Civil, um fórum ao qual os movimentos populares têm acesso privilegiado. Afirmou que os empresários desejam avanço no controle social e que é preciso pautar no Conselho um espaço para esta discussão. O Conselho deve reforçar a importância do controle, por meio da monitoração de

obras, avaliando fatores como relevância, localização, prazos, etc.

O conselheiro Carlos Comasseto declarou que o que está em disputa é o projeto político de construção nacional que o Concidades ajudou a compor, contra uma parcela da sociedade que sempre se abasteceu da riqueza do país e resistiu contra o controle social. Portanto, o grande desafio do Conselho é efetuar o controle social dos grandes programas, que são muito potentes.

Complementando a discussão, lembrou-se a necessidade do estabelecimento de um marco regulatório para orientar as ações colaborativas entre a sociedade civil e o governo. A discussão com os órgãos de controle é difícil porque é uma discussão política e estratégica.

Para a montagem do Tema de Conjuntura foram debatidos sua pauta e formato:

- o objetivo seria a realização de um diálogo entre o governo e a sociedade, representados respectivamente pelo Secretaria de Articulação Social e o Concidades, abordando o denunciamento e a criminalização das Ongs e explicitando como o Governo percebe o relacionamento com a sociedade organizada;
- debateu-se quem representaria o Conselho: seria privilegiado o posicionamento do Conselho como um todo, ou se haveria uma fala de cada segmento, já que cada um tem o seu desenho em relação ao desenvolvimento urbano. Concluiu-se pela representação do Conselho, porque a apresentação segmentada fragiliza o fragiliza;
- foi sugerido que houvesse encaminhamentos para a produção de um pacto sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; a posição contrária lembrou que o denunciamento é uma situação conjuntural, que não conduz ao tema do Sistema, e que não é o momento de misturar estes assuntos;
- identificou-se a necessidade de trazer um olhar diferenciado da sociedade civil (Abong ou outras).
- afirmou-se que não havia como não se debater o tema dos impactos das grandes obras decorrentes dos megaeventos.

O debate fechou com a definição de dois painéis:

#### Painel da manhã

Com o tema “controle social com gestão democrática”, convidando o ministro Gilberto Carvalho para falar pelo Governo sobre a sua posição a respeito da gestão democrática, além da participação do Concidades, representado por alguma entidade que opera o MCMV, aproximando o assunto à política urbana, além de uma leitura externa, da sociedade civil, preferencialmente a Abong.

#### Painel da tarde

Será formada uma Mesa composta por representantes do Planejamento, Cidades, Esportes, Secretaria de Direitos Humanos e Sociedade Civil para fazerem apresentações sobre as grandes obras para os megaeventos, sob a perspectiva de suas respectivas áreas.

Após a explanação de todos e aprovação, a programação da 31ª Reunião do Conselho das Cidades foi montada no seguinte formato:

<b>1º Dia</b> <b>07/11/11</b>	10:00 às 12:00h	Tema de conjuntura Painel I <b>Relação do Governo e Sociedade Civil na Implementação das Políticas Públicas: Desafios no Campo do Controle Social com Gestão Democrática.</b> 1º Palestrante: Secretaria Geral da Presidência da República. 2º Palestrante: Representante da ABONG. 3º Palestrante: Movimentos definirão o representante.
	14:00 às 17:30h	Painel II <b>Megaeventos, impactos sociais e conflitos fundiários urbanos.</b> Mesa: <b>Orlando Junior</b> (Palestrante) e <b>Benedito Barbosa</b> (Debatedor), <b>representantes do Ministério das Cidades, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério dos Esportes, Ministério do Planejamento e Casa Civil.</b>
	17:30 às 18:00h	<b>Coffee Break (Lanche/Merenda)</b>
	18:00 às 20:00h	<b>Reunião dos Segmentos</b>
<b>2º Dia</b> <b>08/11/11</b>	9:00 às 17:00h (Com intervalo para almoço)	<b>Reunião dos Comitês</b>
	18:00h	<b>Reunião da Comissão de Sistematização das Resoluções</b>
<b>3º Dia</b> <b>09/11/11</b>	11:00 às 12:30h	<b>Relato dos Comitês</b>
	13:30 às 17:30h	<b>Deliberação das Resoluções</b>
	17:30h	<b>Coffee Break (Lanche/Merenda)</b>

## 2. Calendário da 5ª Conferência

A proposta de calendário procurou evitar datas próximas a eventos críticos como Carnaval e São João. O calendário definido consta do quadro abaixo.

<b>Cronograma 5ª Conferência Nacional das Cidades</b>		
<b>Etapa</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Definição da Coordenação Executiva da 5ª CNC. Aprovação do Regimento Conferência Nacional	<b>1ª Reunião do ConCidades de 2012. (MARÇO).</b>	<b>2ª Reunião do ConCidades de 2012. (JUNHO).</b>
Convocar Comissão Preparatória Estadual	<b>De 06 a 10 de agosto de 2012.</b>	

Convocatória da Conferência Estadual pelo Governo – Poder Executivo	<b>Até o dia 28 de setembro de 2012.</b>	
Elaboração do Regimento da Etapa Estadual	<b>Até o dia 31 de outubro de 2012.</b>	
Convocatória da Conferência Estadual pela Sociedade Civil	<b>Até o dia 30 de novembro de 2012.</b>	
Envio de Informações da Convocação da Conferência Estadual para a Coordenação Executiva Nacional	<b>Até o dia 14 de dezembro de 2012.</b>	
Convocatória da Conferência Municipal pelo Governo – Poder Executivo	<b>Até o dia 19 de janeiro de 2013.</b>	
Convocatória da Conferência Municipal pela sociedade civil	<b>20 de janeiro de 2013.</b>	<b>20 de fevereiro de 2013.</b>
<b>Realização da Etapa Municipal</b>	<b>De 1º de março 2013.</b>	<b>Até 15 de maio de 2013.</b>
<b>Realização Etapa Estadual</b>	<b>De 1º de julho de 2013.</b>	<b>Até 28 de setembro de 2013.</b>
Envio dos Relatórios Estaduais para a Coordenação Executiva Nacional	<b>Até 15 dias após a realização da Conferência Estadual.</b>	
<b>5ª Conferência Nacional das Cidades</b>	<b>Dias 20, 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2013.</b>	

**Observação:** Embora não conste do Calendário, não pode ser esquecido o envio de informações detalhadas sobre o ciclo das conferências aos Estados e Municípios.

Deliberou-se que o tema e o lema da 5ª Conferência, assim como o seu regimento, vão ser trabalhados na próxima Reunião, a partir de propostas elaboradas pelos conselheiros, que podem ser enviadas por email. Foi decidido que o Núcleo de Comunicação vai solicitar as contribuições aos conselheiros, que terão o período entre 10 de dezembro e 3 de fevereiro para enviarem as propostas, que serão reunidas e sistematizadas pela Coordenação Executiva do Conselho.

### **3 - Nova Organização dos GT's.**

A seguir foi discutida a proposta da conselheira Henriqueta Arantes para a reorganização dos GTs, e definiu-se que deveria ser convocada uma Reunião Extraordinária pela manhã do último dia da 31ª Reunião, a fim de que fosse aprovada a Resolução que altera o Regimento do Concidades, onde serão inseridas as novas disposições referentes aos GTs.

### **4 - Andamento das Resoluções**

Foi apresentada a tabela que segue.

<b>Resolução Recomendada nº 101 de 31/03/2011</b>	Recomenda que as propostas de estadualização dos sistema metroferroviários geridos pela CBTU sejam previamente apreciados e avaliados pelo Concidades e respectivos conselhos estaduais e municipais.	<b>A Semob solicitou que devido à nova redação sugerida pela Conjur, a resolução seja reavaliada pelo Comitê de Mobilidade. Durante a 30ª Reunião o processo foi entregue ao Comitê naquela ocasião.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 108 de 10/06/2011</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades propor a criação do Macrodesafio da Reforma Urbana no Plano Plurianual - PPA 2012–2015.	<b>Conforme solicitação da Conjur, o processo foi encaminhado p/a SNSA, Semob e SNH em 24/08/2011. Agdo análise da Semob.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 113 de 10/06/2011</b>	Delibera que o Ministério das Cidades garanta as condições para a realização de uma campanha nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 285/08.	<b>A Conjur considerou a Resolução juridicamente adequada, mas sem previsão de recursos para a campanha.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 116 de 10/06/2011</b>	Recomenda procedimentos para a aprovação de projetos de mobilidade e acessibilidade urbana apreciados e avaliados pelo Ministério das Cidades.	<b>Processo em trâmite para homologação.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 119 de 10/06/2011</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades a alocação de recursos do FNHIS para os Estados, DF, Municípios e entidades sociais sem fins lucrativos, para implementação da assistência técnica pública e gratuita.	<b>Publicada DOU nº 161 de 22/08/2011.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 120 de 10/06/2011</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades a criação de Grupo de Trabalho (GT) do Conselho das Cidades para discussão sobre consórcios públicos de desenvolvimento urbano.	<b>Publicada DOU nº 133 de 13/07/2011.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 121 de 16/09/2011</b>	Delibera que o Ministério das Cidades encaminhe à Presidência da República proposta de Projeto de Lei que institui a Política, o Sistema e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, mediante aprovação no Pleno do Conselho das Cidades.	<b>Em análise nas Secretarias Técnicas.</b>

<b>Resolução Recomendada nº 122 de 16/09/2011</b>	Recomenda que o Governo Federal informe ao Conselho das Cidades e seus Comitês Técnicos todas as propostas e projetos, apresentados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para obtenção de recursos do PAC Mobilidade Grandes Cidades.	<b>Em análise na SEMOB.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 123 de 16/09/2011</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e ao Ministério do Meio Ambiente que estabeleçam normas e orientações relativas ao estímulo à participação social e à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, bem como dos Planos Municipais, Regionais e Estaduais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	<b>Encaminhados à Conjur a adequação do texto da resolução e a documentação, conforme solicitado 03/11/11.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 124 de 16/09/2011</b>	Delibera diretrizes para implementação das ações do PPA 2012 – 2015 de responsabilidade da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.	<b>Publicada DOU nº 216 de 10/11/2011.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 125 de 16/09/2011</b>	Recomendar ao Ministério das Cidades a incorporação do Conselho das Cidades nas atividades do Seminário Internacional dos 10 anos do Estatuto das Cidades.	<b>Publicada DOU nº204 de 24/10/2011.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 126 de 16/09/2011</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades que estabeleça procedimentos e medidas que garantam o controle de impactos urbanos em obras e empreendimentos que envolvam recursos oriundos de programas federais voltados ao desenvolvimento urbano, tomando por base o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.	<b>Semob enviou NT à Seconcid, que encaminhou em 17/11 à Conjur.</b>
<b>Resolução Recomendada nº 127 de 16/09/2011</b>	Delibera que o Ministério das Cidades regulamente procedimentos e medidas que garantam o direito à moradia em obras e empreendimentos que envolvam recursos oriundos de programas federais voltados ao desenvolvimento urbano.	<b>Em análise na SNH 17/10/11.</b>

## **ENCAMINHAMENTOS DA 21ª REUNIÃO**

### **Conferência Nacional das Cidades**

- Data definitiva: 20 a 24 de novembro de 2013.

- A Seconcid enviará email para todos os conselheiros solicitando que no prazo entre 10 de dezembro e 3 de fevereiro de 2012, enviem propostas para o tema e o lema da Conferência.

- A Seconcid enviará email para todos os conselheiros solicitando que no prazo entre 10 de dezembro e 3 de fevereiro de 2012, apresentem sugestões para o regimento da 5ª Conferência.

Como base, será utilizado o regimento da última Conferência, cujo arquivo será encaminhado na mesma mensagem.

- A minuta de regimento da 5ª Conferência será elaborada pela Coordenação Executiva, a partir da sistematização das contribuições recebidas, na próxima Reunião da Coordenação Executiva.

### **Reunião do GT Conflitos**

Realizar dia 6 de dezembro à tarde reunião do GT Conflitos, a fim de deliberar a sua continuidade e a proposta de implementação da política.

### **Reorganização dos GTs**

A Seconcid vai elaborar uma proposta de resolução, para ser deliberada na próxima reunião do conselho, alterando Regimento do Conselho das Cidades, no sentido incluir nova regulamentação para os GTs.

### **Reunião Extraordinária**

A alteração do Regimento, citada no item anterior, será realizada por meio de convocação de reunião extraordinária, a ser realizado no dia 09/12 das 9:00 às 11:00 horas.

### **Resoluções**

Passar para a Coordenação Executiva todas as pendências.